



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7043 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM SANTARÉM-PA: ESTUDO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL

Elenise Pinto de Arruda - UFOPA

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares - UFOPA

EDUCAÇÃO INTEGRAL EM SANTARÉM-PA: ESTUDO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL

RESUMO: Este trabalho compõe uma pesquisa em andamento sobre a política de educação integral no município de Santarém, Estado do Pará, que objetiva analisar o processo de implementação das escolas de tempo integral na rede pública municipal. A partir de estudo bibliográfico e levantamento de informações junto à Secretaria de Educação e portais públicos verificou-se que: a rede municipal de ensino possui três modelos de ampliação da jornada escolar: escola de tempo integral, atendimento complementar e Programa do Governo Federal; as matrículas na educação de tempo integral se consolidam maciçamente no Programa Novo Mais Educação e que existe apenas duas escolas, de um total de 398, em regime de tempo integral.

Palavras-chaves: Educação integral. Política. Implementação.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre a educação integral não é uma discussão nova entre os educadores brasileiros. Contudo, apesar da notoriedade que tem alcançado, a sua concretização na educação traz diversos desafios e a necessidade de se analisar o que vem sendo desenvolvido nas redes de ensino.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa em andamento que objetiva expandir a discussão sobre a política de educação integral no âmbito do município de Santarém, Estado do Pará, pesquisando o processo de implementação da educação de tempo integral, com foco nas escolas de tempo integral da rede municipal de ensino e, deste modo, analisar o processo de implementação, identificar quais foram e quais são as condições desse processo e compreender os fatores que favorecem ou dificultam a implementação de escolas de tempo integral no município.

Partimos do princípio de que a política educacional é um fenômeno social que se desenvolve de forma dinâmica dentro um realidade social, permeada por determinações históricas, sociais, econômicas e culturais, ou seja, se situa dentro de uma totalidade mais

ampla, uma realidade complexa.

Deste modo, em articulação com os objetivos apresentados, a pesquisa iniciou com o levantamento bibliográfico e de dados sobre a situação da educação integral em Santarém. Ainda na fase da pesquisa de campo, serão utilizadas as técnicas de análise documental, na qual se pretende coletar, conhecer, comparar e analisar os documentos governamentais e institucionais; consultar os portais públicos e outros canais disponíveis; levantamento *in loco* quando se tratar de dados sobre o município; e entrevistas direcionadas inicialmente aos sujeitos (atuais e anteriores) envolvidos no processo de implementação das escolas de tempo integral - secretaria municipal de educação, gestores e professores das escolas.

Este trabalho aponta questões históricas e conceituais de educação integral, seus modelos de implementação e dados iniciais sobre a educação integral em Santarém.

2 EDUCAÇÃO INTEGRAL: APONTAMENTOS INICIAIS

Historicamente, as reflexões sobre uma formação mais completa remontam ao início da civilização humana (COELHO, 2009). A educação integral recebeu influências diversas e suas concepções ressaltam questões que são articuladas ao momento histórico, ao movimento ideológico e à percepção do papel da educação. Em consequência, o modo de compreender educação integral repercute em formas distintas de efetivação.

Entre as experiências de educação integral implementadas têm-se a ampliação da jornada do tempo na escola – educação/escola em tempo integral. Entretanto, é pacífico entre educadores que ampliação do tempo de estudos não é equivalente à educação integral.

Nesta perspectiva, Assis, Machado e Ganzelli (2018, p. 9) afirmam:

[...] educação em tempo integral não é sinônimo de educação integral, vez que a primeira é referente a uma situação curricular organizacional, e a outra relaciona-se diretamente com o conceito que se adota sobre educação, podendo ou não ser feita em jornada ampliada, mas de nenhuma forma dependente dela.

Lima e Almada apontam a partir de concepções e experiências históricas desenvolvidas no Brasil, quatro sentidos de educação integral:

- a) Educação integral:** referimo-nos a ideia de que cada estudante tenha uma formação mais completa possível, formação essa que vá além dos conhecimentos tradicionalmente veiculados pela escola e possa abranger as dimensões intelectual, artística, físico-corporal e tecnológica, o que demanda maior tempo e ossivelmente articulação com outros espaços educativos.
- b) Educação de Tempo Integral:** referimo-nos a ideia de ampliação da jornada escolar, para além do espaço da escola, mas não necessariamente que nessa jornada se implemente uma educação integral.
- c) Escola de Tempo Integral:** referimo-nos ainda a ideia de ampliação da jornada escolar, restrita ao espaço da escola, mas da mesma forma não implica na implementação de uma educação integral.
- d) Educação Integral de Tempo Integral:** referimo-nos que a ideia de educação integral, já explicitada, só pode ser desenvolvida em tempo integral. (2013, p. 102-103, grifo dos autores).

No Brasil, a educação integral vem se materializando principalmente na ampliação do tempo escolar, caracterizando-se como educação de tempo integral. As experiências iniciais datam dos anos 1940/1960 com as Escolas-Parque/Escolas classe de concebidas por Anísio Teixeira e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP) idealizadas por Darcy Ribeiro nos anos 1980/1990 (MOLL, 2012).

Cavaliere (2009) explica quais modelos de organização vêm se configurando no país e os sintetiza em duas vertentes: o primeiro, nomeado como escola de tempo integral, a ênfase estaria no fortalecimento da unidade escolar, provocando mudanças em seu interior. O

segundo, seria o aluno de tempo integral, com ênfase na oferta de atividades diversificadas aos alunos no turno alternativo ao da escola

Neste contexto, normativas e programas foram institucionalizadas nos últimos anos a fim de prever e induzir a implementação da educação de tempo integral nas redes de ensino. Entre as principais está a Portaria Normativa Interministerial nº17/2007 que instituiu o Programa Mais Educação, que visava fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar, o qual foi substituído pelo Programa Novo Mais Educação – Portaria nº 1144/2016 que objetiva melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental.

Compreendemos que há uma relevante produção em relação aos estudos sobre educação integral em contexto nacional. No entanto, é premente o aprofundamento do debate das políticas e ações de educação integral e de educação de tempo integral no Estado do Pará, especialmente na cidade de Santarém. Destarte, dados levantados no primeiro momento de coleta da pesquisa serão apresentados a seguir.

3 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados abaixo são dados parciais extraídos de um levantamento junto à Secretaria Municipal de Educação de Santarém e ao portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O mapeamento levantou que de acordo com o Censo da Educação Básica 2019 é pequeno o percentual de matrículas em tempo integral na educação básica pública[1] brasileira, salvo a educação infantil – creche. Na educação infantil-creche o percentual de matrícula corresponde a 56,4%; na educação infantil – pré-escola, 11,1%; no ensino fundamental, 10,9 %; e no ensino médio, 11,7% (INEP, 2020).

Sobre o Estado do Pará, o mesmo Censo indicou que a matrícula em tempo integral na rede pública de ensino corresponde a 18,5% na educação infantil – creche, 2,5% na educação infantil- pré-escola, 6,8% no ensino fundamental e 2,6 % no ensino médio. (INEP, 2020). Verifica-se que todos os percentuais do Estado estão abaixo dos percentuais em relação aos dados nacionais.

Em relação à Santarém, o Censo da Educação Básica 2019 informa que houve o registro de 9.401 matrículas em educação em tempo integral, o que corresponde a 15,8% do total de matrículas da rede municipal de ensino (59.166 matrículas). As matrículas em educação de tempo integral estão 19,8% na Educação Infantil – Creche, 0,5% na Educação Infantil – Pré-escola, 24,1% no Ensino Fundamental – Anos Iniciais e 55,6% no Ensino Fundamental – Anos Finais. Não há oferta de Ensino Médio em nenhum formato pela rede pública municipal de ensino.

Contudo, segundo a Secretaria Municipal de Educação de Santarém (SEMED), em 2019, a rede municipal de ensino de Santarém atendeu 63.335 alunos, distribuídos em 398 escolas e unidades de educação infantil, sendo: 89 unidades escolares na área urbana; 86 unidades no Planalto; 223 na região de rios[2]. E no que se refere à educação de tempo integral, a SEMED possui duas formas de ampliação da jornada escolar:

- a) **O aluno de tempo integral** - o educando possui duas matrículas uma na escola regular (4 horas) e no contraturno (3 a 4 horas) em programa do governo federal e/ou municipal a título de complementação de sua formação. Nestes moldes temos: *i*) o Programa do Governo Federal Novo Mais Educação com 15 horas semanais[...]; *ii*) as escolas municipais de atendimento complementar [...].
- b) **A escola de tempo integral** - A SEMED possui 2 escolas que funcionam em regime de tempo integral a citar: Irmã Dorothy Mae Stang, Frei Fabiano Merz. Ambas têm seu horário de funcionamento das 7h30 às 16h30[...]. (SEMED, 2019)

Tabela 1 - Matrícula por escolas de tempo integral e atendimento complementar de Santarém- 2019[31].

Modelo de ampliação da jornada escolar	Escola	Matrículas 2019	Total por modelo de ampliação	% por modelo de ampliação
Escola de tempo integral	Irmã Dorothy Mae Staing	185	514	3,9
	Frei Fabiano Merz	329		
Aluno de tempo integral - Atendimento complementar	Escola da Floresta	146	2456	18,6
	Esc. de Educação Ambiental Escola do Parque	717		
	Escola de Artes Prof. Emir Hermes Bemerguy	1.593		
Aluno de tempo integral - Programa do Governo Federal	Programa Novo Mais Educação	10.254	10.254	77,54
Total		13.223	13.223	100

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em informações contidas no ofício nº 304/2019-Semed, de 31 de julho de 2019.

Considerando o total de alunos matriculados na rede municipal de ensino informados pela SEMED percebemos que apenas 20,9% destas matrículas são em educação de tempo integral, que se consolida maciçamente no Programa Novo Mais Educação, desenvolvido em 149 escolas, que corresponde a 37,4% do total de escolas da rede. Ademais, apesar da diferença no total de matrículas apresentados pelo Censo (59.166) e pela Semed (63.335), o percentual de matrículas em tempo integral em relação ao total de matrículas da rede municipal, considerando os dois valores, estão baixos, sendo 15,8% e 20,9% respectivamente.

De acordo com a SEMED, o formato de ampliação com menor índice de matrícula é a escola de tempo integral com 3,9% das matrículas do total de matrículas em jornada ampliada e 0,8% do total de matrículas de toda a rede, implementado em somente duas escolas, representando 0,5% do total da rede.

Os dados sobre as escolas de tempo integral apresentam uma questão primordial: como tem se implementado a política de educação integral no município de Santarém no que se refere à escola de tempo integral, levando-o a ter um número tão reduzido de escolas e consequentemente de matrículas em escola de tempo integral? Ou ainda, por que Santarém tem um número tão pequeno de escolas de tempo integral?

Entre as questões apontadas como entraves na implementação da educação de tempo integral, Guará (2006) aborda a situação dos custos, sendo uma das críticas mais habituais às propostas de educação integral. Em Santarém, o financiamento foi pontuado por Ferreira:

Apesar do crescimento na matrícula de tempo integral em Santarém, em boa medida graças a programas federais, os financiamentos da educação existentes não foram o suficiente para suscitar a implementação de escolas de tempo integral, figurando apenas duas com esta forma de atendimento educacional. (2016, p.102)

Segundo a SEMED, atualmente não existe um programa municipal de financiamento de escola de tempo integral; “o repasse é feito por meio do FUNDEB (valor aluno diferenciado, conforme matrículas); alimentação escolar (recurso de valor da merenda também é diferente); PDDE (recurso diretamente enviado a escola)” (2019, p.01).

Saldaña (2019) destacou a redução de repasse de recursos pelo governo federal para a educação básica, com reflexo na educação integral. A matéria informou que o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) esvaziou no primeiro semestre de 2019 as ações voltadas para a educação básica, afetando por exemplo, repasse de apoio à educação integral, construção de creches e ensino médio. Até julho de 2019, não havia sido repassado nenhum recurso para apoio à educação integral no ensino fundamental e médio em 2019 (SALDAÑA, 2019).

No campo político, outra perspectiva pode influenciar no projeto de educação de tempo integral num município e sua forma de implementação. Trata-se das mudanças de gestão governamental. Cavaliere assinala que

Do ponto de vista político, as definições do tempo escolar podem sempre ser relacionadas a expectativas ou projetos de governo e de sociedade. Em geral, a motivação para as mudanças do tempo de escola embute questões ideológicas, ainda que encobertas por demandas de caráter pragmático. (2006, p.94)

Com este entendimento, é possível refletir que governos de diferentes campos ideológicos, têm propósitos distintos e por vezes divergentes, portanto, concebem educação sob perspectivas variadas. E isso impacta conseqüentemente nas políticas instituídas. Daí, a necessidade da consolidação de políticas de Estado, de caráter permanente, que ultrapassem os governos e garantam a implementação e expansão da educação integral.

Chamamos a atenção para outro aspecto, o pedagógico, que impacta na implementação de um projeto de educação de tempo integral, na incompreensão da concepção de educação integral e na sua operacionalização da jornada ampliada do tempo escolar. Pensar em educação, em educação integral ou educação de tempo integral implica na revisão do formato de educação implantado nas escolas públicas brasileiras, centrado na instrução e repasse de conteúdos de forma acrítica, na fragmentação dos saberes, nas relações hierarquizadas e no distanciamento dos problemas sociais.

Contudo, não se trata de uma transformação imediata com uma mera transposição de ações induzidas por programas. Gadotti enfatiza que a “implantação do tempo integral nas escolas exige preparo técnico- político e formação, tanto dos pais quanto dos alunos, dos professores e demais funcionários da escola (2009, p.36). Assim, a implantação da educação de tempo integral, seja pela jornada ampliada por meio de atividades no contraturno, seja no tempo integral na escola, requer a reflexão de seu papel, dos modelos e procedimentos pedagógicos, sob pena da extensão do tempo representar “mais do mesmo” (MOLL, 2012, p. 133).

4 CONCLUSÃO

Em virtude do que foi mencionado, buscaremos no decorrer da pesquisa colher elementos para aprofundar a análise do processo de implementação da educação de tempo integral na rede pública municipal de Santarém, pois verificamos inicialmente que Santarém com apenas duas escolas de tempo integral, possui um ínfimo percentual de matrículas.

Compreendemos que a implementação e a viabilidade das escolas de tempo integral, materializadas em um número reduzido de escolas, perpassa por questões financeiras, políticas e pedagógicas e estas interferem com maior ou menor grau em cada realidade, tendo em vista a correlação de forças locais, na relação dialética com as estruturas de poder que no atual contexto defendem o esvaziamento da ação do Estado, precipuamente na esfera das políticas sociais.

5 REFERÊNCIAS

ASSIS, A.E. S. MACHADO, C. GANZELLI, P. Estado e educação integral: concepções e desafios. *In*: MACIEL, Antônio C; GANZELI, Pedro; COSTA, Silmara A. **Sentidos da educação integral**: conceitos, programas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

CAVALIERE, A. M. Em busca do tempo de aprender. **Cadernos Cenpec**. Vol.1, n. 2, p. 91-101, 2006 Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/issue/view/8>. Acesso em 01 de

abril de 2020.

CAVALIERE, A. M. Escolas de tempo integral *versus* alunos em tempo integral. **Em Aberto Revista**: Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1470/1219>. Acesso 01 de abril de 2020.

COELHO, Lígia M. C. C. História (s) da educação integral. **Em Aberto**, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009. Disponível em: http://www.oei.es/pdf2/educacao_integral_tempo_integral.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2020.

FERREIRA, Gerusa Vidal. **Educação de tempo integral em Santarém**: ações da Secretaria Municipal de Educação no período de 2008 a 2014. 2016. 173f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará/PPGE/UFOPA, Santarém, 2016.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil**: Inovações em Processo. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, Educação Cidadã; 4. São Paulo, 2009.

GUARÁ, Isa M.F. R. É imprescindível educar integralmente. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, n. 2, 2006, p. 15-24. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/168/197>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

INEP. **Resumo técnico do Censo da Educação Básica 2019**. Brasília, 2020. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6874720. Acesso em 10 de junho de 2020.

INEP. **Resumo técnico do Estado do Pará- Censo da Educação Básica 2019**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico+do+Estado+do+36e0-45c6-86a7-7966787eae9c?version=1.0>. Acesso em 10 de junho de 2020

LIMA, Francisca das C. S.; ALMADA, Jhonatan Uelson P. S. Educação integral: concepções, experiências e a sinalização do projeto de lei do Plano Nacional de Educação 2011-2020. In: LIMA, Francisca das C. S.; LIMA, Lucinete Marques; CARDOZO, Maria José P. B. (Orgs.). **Educação Integral**: Ideário pedagógico, políticas e práticas. São Luís: Edfma, 2013, p.83-107.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: Compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline *et al.* **Caminhos da educação integral no Brasil**: direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 129-146.

SALDAÑA, Paulo. **Governo corta repasse para educação básica e esvazia programas**. Folha de São Paulo. São Paulo. 15 de julho de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/governo-corta-repasse-para-educacao-basica-e-esvazia-programas.shtml>. Acesso em 17 de julho de 2019.

SANTARÉM, Secretaria Municipal de Santarém. **Ofício nº 304/2019 - SEMED**. Santarém: Secretaria Municipal de Santarém, 31 de julho de 2019

[1] Exceto aos percentuais referentes à educação infantil, que considera os dados da rede pública e privada

[2] As informações da rede municipal de Santarém referente a 2019 foram fornecidas pela Semed por meio do ofício nº 304/2019 endereçado a pesquisadora em resposta a requerimento protocolado.

[3] Os dados desta tabela fazem parte da Matrícula Inicial. Ou seja, são oriundos da primeira fase de coleta do Censo Escolar que finalizou no dia 29 de maio de 2019. Assim, podem sofrer alterações, para mais ou para menos, na segunda etapa do censo escolar. O que pode explicar a diferença entre os dados apresentados pelo Censo e pela Semed.